

AS DEMANDAS SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER – LIMITES E POSSIBILIDADES DESTA RELAÇÃO

Marcelo Pereira de Almeida Ferreira

RESUMO

O estudo tem como referência o significativo avanço (quantitativo) das experiências no campo democrático-popular das gestões públicas municipais, estaduais e, neste momento histórico, no âmbito federal, indicando a necessidade de se construir novas questões e novas perguntas nas problematizações voltadas a construção de políticas públicas socialmente referenciadas e, nesta, o papel dos movimentos sociais organizados no processo de identificação e organização das demandas sociais ao estado democrático, especialmente no campo do esporte e do lazer.

Palavras chaves: Políticas Públicas, Esporte e Lazer, Movimentos Sociais Organizados, MST

ABSTRACT

The study is a significant advance as a reference (quantitative) of experience in the popular-democratic management of public municipal, state, and at this historic moment in the federal, indicating the need to build new issues and new questions focused on problems the construction of public policies and socially referenced in this, the role of organized social movements in the process of identification and organization of social demands to the democratic state, especially in the field of sports and leisure.

RESUMEN

El estudio es un avance significativo como referencia (cuantitativo) de experiencia en la popular-democrático de gestión pública municipal, estatal, y en este momento histórico en el ámbito federal, lo que indica la necesidad de crear nuevos problemas y nuevas preguntas se centró en los problemas la construcción de políticas públicas y sociales se hace referencia en el presente, el papel de las organizaciones de los movimientos sociales en el proceso de identificación y organización de las demandas sociales para el Estado democrático, especialmente en el ámbito del deporte y el ocio.

1. Apresentando o Tema e suas problemáticas:

I. A Política Pública e o Esporte & Lazer:

A história das políticas públicas no Brasil, em todas as esferas (municipal, estadual e federal) sempre foram marcadas por um característica bastante comum. Não importava a base ideológica do governo que estivesse à frente da sua gestão, todas elas apresentavam alguns avanços e/ou retrocessos, diferenças de fundo e de conteúdo entre si e, não invariavelmente, em suas próprias sucessivas gestões, em setores como educação (entendendo como aquela que se aplica ao ensino formal), saúde,

desenvolvimento econômico etc. Entretanto, um dos setores que não experimentava estes avanços era o do setor de esporte e lazer.

O campo do conhecimento denominado “Educação Física”, nos últimos 25 anos, vivenciou uma profunda transformação no trato de seus conteúdos e metodologia, o que não possibilitou ainda a superação de alguns temas que, como afirma DAMIANI & SILVA (2005: 19) estavam “(...) fundadas sob o olhar das ciências biomédicas ou provenientes dos saberes tecnicizados do esporte convencional, pautados pelos objetivos do rendimento e da performance”. Na mesma linha de raciocínio, o campo da política pública de esporte e lazer continuou (e continua) pautado em alguns pilares básicos: escolinhas esportivas, organização/financiamento de eventos competitivos – em sua maioria as modalidades esportivas de maior expressão no país e algumas de “época”, como o skate, a “menina dos olhos” dos programas esportivos de TV's abertas e fechadas – o patrocínio de atletas para a participação de eventos esportivos de ponta, doação de material esportivo (bolas, redes, uniformes e troféus) etc.

Essas ações acabam por caracterizar as linhas gerais que o setor vivencia no campo das políticas públicas: hierarquização de atendimento (portanto, distanciando-se do pleno acesso a todos os segmentos) pautada na afirmação do sistema esportivo padronizado (refletindo a linguagem comum e mundializada) e do lazer produtivo; o modelo conceitual tradicional da arquitetura esportiva e de lazer (que também refletem o sistema esportivo) e a preservação do mercado de trabalho pautado na regulamentação da Profissão/profissional de Educação Física.

Assim, mesmo que identificando os avanços das discussões teóricas da educação física nestas últimas três décadas, sob o ponto de vista das políticas públicas neste campo, por mais que tenhamos, desde o final da década de 80 do século passado, vivenciado e testemunhado, inclusive, experiências de gestão pública participativa, essa experiência não chegava no campo do esporte e lazer, independente do mérito da implementação e metodologia aplicada por estas experiências. As políticas do campo do esporte e do lazer continuam mantendo o histórico perfil compensatório, hegemônico na indústria cultural e “protonizado” de forma indutora, construindo em todas as esferas do poder público nada mais, nada menos que um “balcão” de projetos.

Mais recentemente, já no final da década de 1990, ainda que de forma tímida e localizada, é sendo possível levantar algumas experiências no campo das políticas públicas de esporte e lazer com propostas diferentes. Neste campo, destacamos o projeto “Núcleos Cabanos”, da Prefeitura Municipal de Belém, durante as gestões de 1997-2000 e 2001-2004; o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, da Prefeitura Municipal do Recife, nas gestões de 2001-2004 e 2005-2008 (e que continua na atual gestão desta Prefeitura) e, em âmbito federal, o Programa Esporte e Lazer da Cidade, vinculado ao Ministério do Esporte¹ nas gestões de 2003-2006 e 2007-2010, gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Um primeiro olhar sobre essas experiências, no sentido de buscar e identificar este “divisor de águas” das políticas públicas no campo do esporte e lazer, nos leva ao documento do Programa de Governo da “Frente Belém Popular” (1996), quando afirma que “a força da cultura popular (...) tem se manifestado como forma de resistência e impulsionado a criação de espaços alternativos de exercício do prazer e da alegria, através das diversas manifestações da cultura corporal” (SEMEC – Belém: 2002; 11).

¹ Segundo SECCO (2004: 230) o Ministério do Esporte tem como diretrizes “(...) a descentralização da política esportiva e de lazer; a transparência nas ações; o controle social da gestão pública; as integrações étnicas, raciais e de gênero e o desenvolvimento humano”.

Em outras palavras, identificamos uma tentativa de se construir um referencial diferenciado (sustentado na cultura corporal) com o objetivo de fundamentar a construção de uma política pública no setor.

Em documentos levantados sobre a estrutura destes programas, encontramos, sob o ponto de vista de seus princípios, elementos comuns: são programas que tem o foco na ação comunitária, com uma frente a mais por parte do programa do governo federal, que procura atingir também áreas rurais; são programas que chegam a essas comunidades com o objetivo de aglutinar todos os segmentos, da infância ao idoso, envolvendo também as pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, indicando, assim, o trato intergeracional; propõe o trabalho coletivo e o planejamento participativo como forma de organização das atividades e vivências no campo do esporte e do lazer; procuram desenvolver estratégias metodológicas que identificam uma intenção de organização do trabalho pedagógico concreta e, concomitante, pautada na transformação social.

É possível identificar esse “lugar comum”, por exemplo, sob a perspectiva dos princípios, no documento da política de esporte, arte e lazer de Belém (op. cit.; p. 28 e 29) quando destaca as diretrizes adotadas ao cotidiano do trabalho nos então denominados núcleos cabanos: (i) democratização do acesso aos bens culturais, onde afirma que *“é preciso (...) aprender e cultivar com consciência as linguagens do corpo, com significados de habilidades, sentimento, prazer e liberdade nunca negando as diversidades culturais, mas fortalecendo a igualdade de direitos;* (ii) a inclusão social, que *“significa quebrar barreiras sociais, que historicamente segregaram ou deixaram de fora as minorias, as classes mais desprovidas de bens e direitos; (...) PNEES, mulheres, negros, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, homossexuais”;* (iii) a valorização profissional, que fortalece a questão da formação continuada de forma ao profissional inserido naquela experiência não deixar de assumir como necessidade *“a busca permanente das condições técnico – pedagógicas e política”* e; (iv) a participação popular, de maneira a ela tomar *“consciência de seu papel de construtora de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, na qual conhecer seus direitos possibilita uma luta mais qualificada na garantia dos mesmos”,* sendo chamada a *“opinar e a avaliar, participando coletivamente da construção desta política pública para que atenda às suas necessidades e perspectivas, na busca de melhores caminhos a serem trilhados”*. Nos é possível, portanto, identificar o partir da realidade das comunidades atendidas pelo programa com fins a transformá-lo, retornando a ela – comunidade, com novos instrumentos sociais.

Em destaque à organização do trabalho pedagógico, podemos encontrar em material organizado acerca das experiências dos Círculos Populares de Esporte e Lazer, da Prefeitura do Recife a indicação de que ela deve ter como finalidade *“a produção do conhecimento, uma vez que conhecer a realidade social é um pressuposto fundamental para transformá-la”*. (SILVA & SILVA, 2004: 43).

Em torno desta discussão da organização do trabalho pedagógico, localizamos também os princípios do Método Didático da prática social do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, tendo essa prática social como ponto de partida e ponto de chegada da intervenção pedagógica para a transformação social. Indica, os autores (op. cit.; p. 44-45), os cinco passos deste método didático: (i) a prática social, onde o professor possui uma compreensão sintética da realidade e o aluno se localiza numa desarticulação entre a experiência pedagógica e a prática social; (ii) a problematização, que é o detectar os problemas postos pela realidade; (iii) a instrumentalização, que é a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos com fins a equacionar os problemas

levantados na prática social; (iv) a catarse, que é a expressão da nova forma de entendimento da prática social e expressa a “*efetiva incorporação dos instrumentos culturais transformados em elementos ativos da transformação social*” (idem: 45) e, por último, (v) a prática social, onde o pensamento do aluno volta à prática social, com conhecimento sintético – a relação professor-aluno passa por uma alteração: diminui a compreensão sintética do primeiro, bem como a desarticulação entre a experiência pedagógica e a prática social do outro.

Em FALCÃO et al apud SILVA e DAMIANI (2005: 168) encontramos o que os autores denominam de “*sistematização das possibilidades pedagógicas para a efetivação da pesquisa-ação com práticas culturais populares*”² traduzidas pedagogicamente em quatro passos: experimentação, problematização, teorização e reconstrução coletiva. Essa proposta metodológica, assemelha-se à proposta do CPEL da Prefeitura do Recife no sentido de caminhar na direção da transformação da experimentação (ou prática social) para uma reconstrução coletiva (uma nova prática social).

Destacamos nos elementos da organização da intervenção pedagógica a partir da construção de uma política pública de esporte e lazer (os Núcleos Cabanos e, mais profundamente, o CPEL) e na produção acerca das possibilidades pedagógicas (FALCÃO et al), elementos que aproximam a relação de público e estado, no sentido de segundo construir mecanismos de fortalecimento da organização popular na construção de políticas públicas de esporte e lazer e o trato pedagógico de determinados conteúdos no campo da cultura corporal.

Completando essa análise inicial sobre os três programas de esporte e lazer indicadas, uma visita à proposta do Programa Esporte e Lazer da Cidade, da atual gestão do governo federal, percebe-se a necessidade de uma política de esporte e lazer voltado para a emancipação e desenvolvimento humano a partir da participação popular, apontado que o mesmo está

“voltado para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social” (in Ministério do Esporte – Manual de Orientações – www.esporte.gov.br).

Uma visita também a documentos deste programa, especificamente por dentro da proposta de formação de seus agentes sociais de esporte e lazer, é possível identificar não uma organização do trabalho pedagógico, mas uma preocupação com esta especificidade quando o mesmo se propõe a organizar-se em módulos que permitam a formação conceitual em cima da análise da realidade (Módulo introdutório), a ida à prática pedagógica propriamente dita, com ações de formação em serviço permanentes e regulares (Módulo de Aprofundamento) e um retorno à discussão conceitual, qualificada pelo acúmulo de sínteses advindas da prática pedagógica anterior (Módulo de Avaliação).

² Segundo os autores, as práticas culturais populares seriam aquelas “(...) manifestações produzidas pelas comunidades empobrecidas da população sem o crivo das instituições formais e burocráticas” (FALCÃO et. Al; 2005: 162).

Entretanto, é necessário perceber-se que as experiências em políticas públicas no campo do esporte e do lazer, por mais que seja opção da “gestão” priorizá-las como política de estado, acaba se caracterizando como política “do” estado atual e, portanto, política “de” governo. É difícil perceber que, para além da política setorial de educação e saúde, outras possam estar colocadas naquele patamar.

Os limites identificados, portanto, nas políticas públicas de esporte e lazer são claros e hegemônicos: (i) pouco avanço das discussões na área, de forma pragmática e protagonista; (ii) predominância do senso comum e de prática assistencialista; (iii) baixa dotação orçamentária, em todas as esferas; (iv) ênfase na concepção funcionalista de lazer; (v) a carência de espaços e equipamentos multifuncionais; (vi) a carência de pessoal; e (vii) a política incipiente de formação de agentes de esporte e lazer.

Neste sentido, tomando como referência o apontado acima, é possível concluir que ainda estamos distantes da possibilidade de construirmos um estado democrático que permita, especificamente, vislumbrarmos uma política de estado no campo do esporte e do lazer que priorize a questão da ampla participação popular na sua organização, o resgate e fortalecimento da cultura nacional e local e, por ser uma política de estado, garanta também a auto-determinação de um povo. Não sob a sombra do estado democrático capitalista.

À sombra, mas bastante fortalecido, temos o olhar aos Movimentos Sociais Organizados (MSO) e é o caminho para buscar um lugar para essas reflexões.

II. Os MSO e o Esporte & Lazer:

É necessário, neste momento, trazer à tona o entendimento de uma série de relações centrais na proposta em desenvolvimento e, principalmente, a compreensão do pano de fundo destas relações: esporte e lazer, política pública e estado estão, historicamente, balizados no Projeto Histórico Capitalista. Assim, falamos de um debate em torno de políticas públicas de esporte e lazer localizadas em um estado democrático capitalista, mesmo (e inclusive) considerando que nas duas experiências municipais em questão – Belém e Recife – existam indícios de um governo popular, com motes à transformação social.

Em 2002 (FERREIRA) já era possível afirmar que a produção do conhecimento constituía-se em um “*atenuador das mazelas de um determinado contexto sem propor-se como transformador das condições fundamentais que dão orientação histórica a essas mazelas*” (p. 60) e, além de perigosa, era irresponsável academicamente. Neste sentido, solidifica-se a necessidade de não deixarmos de lado o debate acerca do conceito de Projeto Histórico. Portanto concordo mais uma vez com FREITAS (op. cit.) quando afirma que “*(...) os projetos históricos afetam nossa prática política e de pesquisa, afetam a geração dos próprios problemas a serem pesquisados*” (p. 142).

Dito isto, e partindo do princípio das reflexões acima sobre a relação do setor do esporte e lazer com a e como política pública, concomitante à relação deste binômio com outro, governo e estado, e considerando a necessidade destas reflexões não ignorarem as relações claras de um novo Projeto Histórico, levantamos uma primeira problematização: é possível ao estado democrático capitalista a construção de políticas no campo do esporte e do lazer que atendam a real demanda social pelo setor? E o que seria esta real demanda?

A busca por este entendimento se legitimará quando buscarmos resgatar e localizar o perfil histórico das lutas sociais, sobretudo na década de 90 do século passado (desde que compreendendo-a em sua linha de lutas históricas).

Segundo GOHN (1997), os movimentos sociais reorganizaram-se sob duas novas direções neste período: uma primeira, no sentido de resgatar a questão dos

direitos sociais tradicionais (direito à vida e à sobrevivência), deslocando e “colocando” a reboque as reivindicações populares pautadas na década anterior (anos 1980), como transporte, saúde, educação, moradia etc.; uma segunda direção sob um manto de “valores morais” ante a uma certa indignação social à ausência de ética na política e valores consensuais da sociedade. Destaque: a primeira sob o manto das campanhas focais de época ou conseqüência a algum desastre da natureza e a segunda de base pluriclassista, mas com a articulação da classe média brasileira.

A questão que se intenciona trazer aqui tem como elemento provocador o enfoque trazido pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade, que apresenta, em documento de orientação do Programa, o seu primeiro objetivo: “*atender a crescente demanda da população brasileira por esporte recreativo e lazer*”. Após este objetivo, seguem outros com características mais determinadas e diretivas, no sentido daquilo que o programa objetiva estruturalmente (funcionamento de núcleos, agentes e suas funções, ações de formação, organização de eventos de lazer etc.).

Neste sentido e considerando as reflexões iniciais trazidas à baila daquilo que GOHN (op. cit.; p. 308) chama de “*fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais*”, algumas questões ainda se apresentam:

1. O que a população brasileira demanda em esporte recreativo e lazer?
2. Quais são as referências da população brasileira sobre a questão do esporte recreativo e o lazer?
3. Mesmo sem uma política pública setorial, como a população brasileira se organiza em torno do esporte recreativo e do lazer?

O que se apresenta inicialmente é que mesmo com políticas públicas que se definam como “divisores de água” em relação ao histórico destas no país nos últimos 50 anos (apenas para delimitar um tempo recente, mesmo considerando o enfoque à análise de GOHN para a década de 90 do século passado), elas ainda trabalham com um imaginário popular que é fundamentado naquilo que a indústria do esporte e do lazer produzem: mega eventos olímpicos, Copa do Mundo e outros mundiais, programas esportivos de toda ordem – e que geram lucros – horários definidos para a construção do público residencial (especificamente nos horários de transmissão dos jogos), adequação das regras às necessidades da grande mídia, a produção de heróis olímpicos etc. Para além disso, legitimam o jargão “lazer é coisa para rico ou quem tem dinheiro e tempo”, de forma a construir e quase legitimar por parte da população brasileira a postura receptiva de uma política pública assistencialista. Primeiro, pelo fato de classe trabalhadora absolutamente não ter tempo para o lazer, em vista de uma busca incansável pelas condições de sobrevivência; segundo, como causa-conseqüência dessa questão, por entender que o esporte e o lazer não lhes são direitos prioritários.

Assim sendo, qual a noção que a sociedade como um todo (e a classe trabalhadora em particular) tem sobre “direito”? Como imaginar que a crescente demanda da população por esporte e lazer indica algo diferente e até antagônico daquilo que a indústria do lazer, por exemplo, determina?

Em SILVA e SILVA (op. cit.) é possível constatar como, de forma sintética, isso é determinante para esta análise, quando afirmam que é recente o crescimento veloz do lazer como um grande setor de mercado, e complementam afirmando que

“(...) o turismo vem emergindo como atividade econômica promissora. Os esportes estão disseminados e profissionalizados, fazendo surgir um comércio milionário. A indústria cultural e a mídia, na forma da radiodifusão e da televisão já alcançam todas as classes sociais” (p. 17).

Importante não perdermos de vista que estes “avanços” do campo do lazer aqui constatados de longe não representam a sombra da emancipação humana; não representam nem mesmo um direito conquistado, já que se trata de indústria, de “compra dos momentos de lazer”. Sequer podem se definir como “respostas a demandas da população por atividades, eventos, ações de esporte e lazer”, mesmo considerando-as no campo privado. Em se tratando de um contexto social fundado no projeto histórico capitalista, é nada mais do que uma recente (não nova) frente de destruição da humanidade: a perda da liberdade e da sensibilidade do ser humano em sua forma mais contraditória: vendendo a liberdade e os instrumentos de sensibilização.

Portanto, buscam-se (e buscam as) experiências de políticas públicas trazidas neste contexto o lugar do contraponto, onde e quando o lazer crítico deverá promover um processo de tomada de consciência histórica da realidade.

Assim entendido, não teríamos uma opção melhor para buscar responder as perguntas formuladas se não o de compreender os MSO e a sua relação com as demandas por políticas públicas. No nosso caso, por políticas públicas no campo do esporte e do lazer.

Uma leitura sobre as frentes e bandeiras de luta advindas das organizações populares nos indicam, também, alguns campos específicos: educação, saúde, emprego, moradia e desenvolvimento agrário estariam entre aquelas bandeiras mais históricas. Não é identificável qualquer organização, senão aquelas caracterizadas como Associações Comunitárias, Clubes Comunitários, Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos (portanto, extremamente focalizadas) que venha a levantar uma bandeira do “direito ao esporte e ao lazer”.

Ainda assim, nos interessa aprofundar os estudos e entendimentos sobre a real condução colocada enquanto princípios do que identificamos até o momento como políticas públicas de esporte e lazer no campo progressista, superador e/ou emancipatório, quer enquanto diretrizes, quer enquanto método didático, quer, ainda, enquanto organização do trabalho pedagógico: trabalho coletivo e auto-organização, a questão da intergeracionalidade, o trato com a cultura nacional, o trabalho socialmente útil e como princípio pedagógico e da natureza do homem, enquanto instrumento de transformação de si mesmo e do mundo. Mais ainda, nos interessa identificar esses princípios, diretrizes, instrumentos político-pedagógicos sob o ponto de vista daqueles identificados como os possíveis protagonistas destas políticas, inicialmente, aquelas destacadas no das reflexões iniciais deste projeto.

No atual contexto nacional, nos últimos anos, pudemos testemunhar a classe trabalhadora construindo e constituindo uma série de organizações populares, no campo e na cidade. Destas, desde 1984³, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Buscamos um lugar (o onde e o quando) e fazemos nossa opção por este movimento, por reconhecer nele o maior e mais organizado movimento social brasileiro e um dos mais significativos e importantes da América Latina e do Mundo. Para além deste reconhecimento, necessário se faz localizar elementos pontuais que nos levam a esta decisão.

³ Segundo MORISSAWA (2001), foi durante o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, realizado entre 20 e 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel/PR que o MST foi criado, tendo como bandeiras principais a luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Segundo as deliberações do 4º Congresso Nacional do MST⁴, em agosto de 2000, já nos é possível identificar princípios que nos levam a perceber o caminho percorrido e a percorrer. Destacamos dois pontos destas deliberações:

1. Planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade, desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos Trabalhadores Sem Terra;
2. Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representem a construção de um projeto popular para o Brasil.

Já no campo do desenvolvimento social, MORISAWA (2001) aponta outro elemento importante para nossa reflexão quando nos fala sobre a reforma agrária necessária, como sendo “*um programa massivo de cultura e lazer que represente a democratização e o acesso à cultura a todos os Trabalhadores do meio rural*” (p. 168 – grifo meu).

Ainda nos primeiros anos de organização do MST, dá-se destaque ao setor de educação que já era uma preocupação central do Movimento, tanto para com a educação e a alfabetização de crianças quanto para com a alfabetização de jovens e adultos. O setor de Educação do MST surgiu precisamente durante o 1º Encontro Nacional de Educação, em São Matheus/ES, em 1987, tendo como questões centrais: (i) o que se pretende com as escolas dos assentamentos e; (ii) como deve ser a escola do Assentamento? Em 1988 os estados onde o MST estava organizado já construía os seus setores estaduais e a educação do campo vem sendo, desde então, estudada, problematizada e debatida dentro e fora do MST.

Já para Luiz Bezerra NETO (op. cit.: 81),

“A escola deve ter como objetivo principal formar pessoas que sejam sujeitos, com capacidade e consciência organizativa, capazes de construir uma forma de conviver, de trabalhar, de festejar as pequenas e grandes vitórias dos trabalhadores, devendo também estimular a livre expressão de idéias e sentimentos, com firmeza na luta em defesa dos trabalhadores e ternura no relacionamento com as outras pessoas (...) lugar de cultura e alegria coletiva e de revolucionar a vida por inteiro” (grifo meu).

E essa discussão sobre a educação é importante, porque quando se discute a educação para e com o campo e, principalmente, do campo, define-se o compromisso histórico do MST na totalidade do debate do desenvolvimento da sociedade brasileira e, portanto, não se aponta um debate apenas setorializado. Afinal, essa totalidade conduz o debate para retomar o campo como uma opção de vida, e de vida digna.

Destaco também o volume nº 5 da Coleção “Por uma Educação do Campo” (2004) onde CALDART nos pontua elementos principais deste debate e, por que não lembrar, reflexo do projeto histórico capitalista – e do estado democrático capitalista – aos quais destaco:

1. O aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida, o aumento da desigualdade social e da exclusão;
2. O debate de uma outra educação do campo e de projeto de desenvolvimento que sustente uma nova qualidade de vida para a população de trabalhadores que vive no campo;
3. Experiências educativas que expressem a resistência cultural e política do povo camponês frente às diferentes tentativas de sua destruição.

⁴

In Sem Terra, ano XVIII, n 203, agosto de 2000.

Dados de análise de conjuntura produzidos por setores de formação e de educação do MST indicam constantemente estes e outros elementos da realidade nacional e internacional. É a partir dos mesmos documentos que identificamos o compromisso do MST no sentido de construir as bases para a inversão deste quadro (sintetizado nos pontos debatidos até o momento) e, conseqüentemente, na transformação social e da construção daquilo que denominamos de “novo homem” (PISTRAK; 1980 e MAKARENKO – 1986).

Identificamos, portanto, uma história construída por lutas permanentes de transformação social no campo, de forma tal que as políticas públicas para o campo eram, eminentemente, políticas no e do campo, no sentido de defender-se a seguinte tese: o povo tem o direito a tê-la (seja em qualquer área social), no lugar onde vive (por isso no campo), e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (por isso do campo). Sem essa perspectiva, não nos parece possível entender a totalidade do debate sobre o desenvolvimento, independente de qual campo do conhecimento estejamos debatendo.

Neste sentido, parece-nos coerente as palavras de Luiz Bezerra NETO (op. cit.: p. 89):

“A responsabilidade na formação integral do homem aumenta à medida que, para o MST, mais do que um princípio, a formação parte de um pressuposto fundamental: a profunda crença na pessoa humana e na sua capacidade de formação e transformação. O MST é um espaço social de transformação das pessoas: através da luta coletiva, os excluídos vão se tornando cidadãos”.

MORISSAWA (op. cit.) consegue sintetizar bem essa reflexão quando resgata os objetivos mais estratégicos do trabalho educativo, a partir do momento que o MST defende uma educação: (i) voltada para a transformação social; (ii) de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo; (iii) para o trabalho e a cooperação; (iv) voltada para as várias dimensões da pessoa humana e; (v) como processo permanente de formação/transformação humana. Em outras palavras, inicia-se na experimentação/prática social para uma reconstrução coletiva/nova prática social.

Podemos identificar, neste sentido, que existe de forma implícita, mas vivenciada no cotidiano das lutas pela reforma agrária por dentro do MST e para fora dele, elementos que indicam a capacidade de se construir uma demanda específica para a formulação de políticas públicas no campo do esporte e do lazer.

3. Construindo e delimitando o objeto de estudo: as questões norteadoras e os objetivos e o caminho a percorrer:

Diante do que foi construído e apresentado até o momento, temos a possibilidade de indicar algumas questões norteadoras que envolvem inicialmente o que poderia denominar de “problemática conjuntural do setor das políticas públicas do esporte e do lazer”, essencialmente aquilo que está afeto às reais demandas sociais neste campo e, enquanto sujeito-objeto (ou o lugar) a ser pesquisado, o MST.

1. Como o MST vem tratando, enquanto prática educativa e política, na formação de seus militantes, a questão das demandas por políticas públicas?
2. Quais instrumentos o MST vem utilizando e como os vem utilizando?
3. As ações sociais advindas destas práticas, principalmente na relação com o Estado, respondem às reais demandas do campo?

Estas questões poderão/deverão, ao passo de irem se mostrando os possíveis entendimentos para as possíveis respostas, organizar os cortes necessários para a problematização, compreensão, aprofundamento e construção da tese em torno do objeto de estudo, a saber: a auto-organização como estratégia central na educação e na formação da militância Sem Terra em relação direta com a determinação das políticas públicas, essencialmente aquelas que caminham da direção do setor de esporte e lazer.

Neste sentido, parece-nos importante destacar que a categoria central deste objeto está na questão da auto-organização e da coletividade que Makarenko aponta, no campo da educação formal, como um *“produto de um planejamento consciente, racional, das necessidades sociais, sempre em transformação, num processo dialético”*, tendo como centro *“a auto gestão da coletividade”*.

Assim sendo, os objetivos deste estudo são:

1. Identificar os limites e possibilidades das ações de formação dentro do MST em relação às demandas apresentadas por este Movimento por políticas públicas no campo social;
2. Identificar o trato pedagógico acerca da auto-organização e do trabalho coletivo (e seus pares dialéticos) das ações de formação do MST;
3. Levantar, a partir da análise deste trato pedagógico, elementos que identifiquem o trato com o campo do esporte e lazer;
4. Identificar e analisar as possíveis relações entre esses elementos e as diretrizes e princípios das políticas públicas de esporte e lazer localizadas no campo popular nos últimos 10 anos⁵; e
5. Levantar dados das experiências das atuais políticas públicas localizadas no campo progressista, especificamente aquelas que possuam experiências em áreas rurais e de assentamento.

Sob o enfoque dos princípios didático-metodológicos, o estudo está focado no materialismo histórico-dialético que, no meu entender, melhor se aproxima do compromisso social com a produção do conhecimento e, necessariamente, estabelece uma coerência com as categorias e princípios trabalhados até o momento. Para tanto, construo a justificativa e a localização histórica e científica desta opção em CHAPTULIN (1982) e KOSIK (1976). Para Chaptulin, o Materialismo Histórico Dialético enquanto instrumento de pesquisa *“(...) estuda as formas gerais do ser, os aspectos e os laços gerais da realidade, as leis do reflexo desta última na consciência dos homens”* (p. 01). Neste sentido, destaca o renomado filósofo, as categorias e as leis da dialética como essenciais à interpretação filosófica e, portanto, indissociáveis da função ideológica, gnesiológica e metodológica. Já em KOSIK, destacamos que *“(...) a dialética materialista como método de explicação científica da realidade (...) não é o método da redução; é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade, é o método do desenvolvimento e da explicação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”* (p. 32).

Sob essa perspectiva histórica, desenha-se uma decisão que procede na teoria do conhecimento empregada para o trato com o conhecimento proposto e não as técnicas particulares de coleta de dados. Estas nos servirão de instrumentos, ainda que necessitem também estarem sintonizados com o percurso estabelecido até o momento,

⁵ Em princípio, trabalharei com as Políticas Públicas citadas neste projeto: Núcleos Cabanos (de Belém, não mais em execução), os Círculos Populares de Esporte e Lazer (Prefeitura Municipal do Recife) e o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

assim como deverão estar coerentes com o caminho que apontara as respostas e explicações do resultado a ser alcançado.

Importante, portanto, ratificar que a opção por este referencial teórico-metodológico está no entendimento de que a ciência não está dissociada da sociedade e, sim, é um produto desta. Portanto, dentro do enfoque proposto para este projeto, o Estado, o Movimento Social Organizado, a própria ciência enquadram-se naquilo que MARX denominava de “lei geral” e, conseqüentemente, são produtos de uma realização humana, consciente ou não, mas imbricada na sua realidade, nos seus valores, na sua forma de organizar-se coletivamente.

Neste sentido, nos partidarizamos com THIOLENT (2002), quando destaca a referência da pesquisa-ação, no sentido ao qual esta deve manter algumas condições de pesquisa e, por outro lado, exigências de conhecimento associadas ao ideal científico. O melhor instrumento possível para aquilo que se propõe estudar e onde se quer chegar (cientificamente e socialmente). Mais ainda, ratifica o autor o aspecto político da pesquisa, mais especificamente, a pesquisa ação, na relação com a classe trabalhadora (e fundamenta-se em Gramsci no que diz respeito ao relacionamento interativo entre os intelectuais – vinculados à produção científica do conhecimento – e as massas – a raiz matricial do conhecimento) exigindo, inclusive, maior compromisso por parte do/a(s) pesquisador/a(es). Para o autor, a pesquisa caracteriza-se como atividade política quando possibilita

“(...) a constituição de um grupo político, a organização de uma campanha de adesão, a redefinição de uma estratégia ou tática, a conduta de uma campanha eleitoral, a denúncia popular da política de governo, a mobilização de uma categoria da população para formular reivindicações e conquistar determinados objetivos etc.” (op. cit.: p. 91).

Dito isso, acredito ser possível apresentar alguns instrumentos inicialmente propostos para este projeto, considerando a evidente necessidade de aprofundamento de questões de ordem teórico-conceitual sobre categorias e princípios apresentados:

1. No aspecto do levantamento de políticas públicas de esporte e lazer no campo democrático-popular, definidos critérios para a seleção destas experiências, ainda que entendendo que as referências centrais são aquelas apresentadas nesta proposta, construir uma análise de conteúdo buscando as suas aproximações e distanciamentos (considerando também as esferas e *locus* de intervenção que lhes são compatíveis);
2. Reaproximação com as ações de formação dentro do MST, dentro e fora da escola, que implicará construir os seguintes mecanismos de coleta de dados: entrevista semi-estruturada e diário de campo das ações de formação;
3. Definição do segmento da infância e juventude como sujeito da pesquisa, por entender sua importância junto ao MST, no sentido de formação de quadros e das ações desenvolvidas pelo Movimento junto a este segmento.

6. Referencial Bibliográfico:

BOGO, Ademar. Lições da Luta pela terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

CALDART, Roseli Salete. Educação em movimento: Formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

_____. Pedagogia Movimento Sem Terra: a escola é mais do que escola. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

- CHEPTULIN, Alexandre. A Dialética Materialista – categorias e leis da dialética. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982.
- DAMIANI, Iara Regina; SILVA, Ana Márcia. As práticas corporais e os elementos do processo metodológico da Pesquisa Integrada. In SILVA, Ana Márcia, DAMIANI, Iara Regina (org.) – Práticas Corporais – Trilhando e Compar(trilhando) as Ações em Educação Física: Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte, 2005.
- FALCÃO, José Luiz Cirqueira, SILVA, Bruno Emmanuel S. da, ACORDA, Leandro de Oliveira. A pesquisa-ação e as práticas culturais populares: a experiência do projeto ‘capoeira e os passos da vida. In SILVA, Ana Márcia, DAMIANI, Iara Regina (org.) – Práticas Corporais – Trilhando e Compar(trilhando) as Ações em Educação Física: Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte, 2005.
- FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida. O lúdico e o revolucionário no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a prática pedagógica do Encontro dos Sem Terrinha. 2002. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE.
- FREITAS(b), Luiz Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas/SP: Papirus, 1995.
- GOHN, Maria da G. Teorias dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- KOSÍK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2000.
- MAKARENKO, Ânton S. Poema Pedagógico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986; volume 02.
- MINAYO, Maria Cecília de S. (org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Normas gerais do MST. São Paulo, 1989.
- NETO, Luiz Bezerra. Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas/SP: Autores Associados, 1999.
- PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.
- SEMEC - Secretaria Municipal de Educação. Esporte, Arte e lazer – sob o olhar dos que fazem. SEMEC – Belém: Graphitte Editores, 2002.
- SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. Círculos populares de esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre. Recife: Bagaço, 2004.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2002.

Professor Assistente I – Universidade Federal do Pará/Campus Castanhal; Secretário Adjunto do CBCE/PA; Coordenador do Núcleo Belém do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física
Av. Artur Bernardes, s/n – Residencial Alto de Pinheiros, Rua Paraguai, Quadra 11 – casa 16 – Pratinha – Belém/PA – CEP: 66.816.820
e-mail: russo.marcelo@uol.com.br
Recursos necessários: datashow.
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3477673236492131>